

DA GEOGRAFIA TRADICIONAL AO PENSAMENTO GEOGRÁFICO CRÍTICO

Marcelino Andrade Gonçalves¹

Claudinei Araújo dos Santos²

RESUMO: Neste artigo, procuramos abordar as questões e posicionamentos teóricos que contribuíram para a construção e estruturação do pensamento geográfico crítico, que se opõem metodológicamente e politicamente às bases da Geografia tradicional. Para isso, utilizamos diferentes autores vinculados à corrente da Geografia crítica que fundamentam a posição teórica e nos ajudam a definir o objeto de estudos da Geografia, o espaço geográfico, social e historicamente produzido. Subimos, como disseram, nos ombros de gigantes para tentar ver ao longe. Entendemos que neste processo de renovação da Geografia, podemos destacar a apropriação metodológica do materialismo histórico-dialético, por parte dos geógrafos, como instrumento metodológico fundamental de sua renovação, o que permitiu, à ciência geográfica, observar e analisar a produção do espaço como processo sócio-histórico espacial e suas contradições. Do momento em que se procura compreender as relações de poder no espaço socioeconômico e territorial, a Geografia Crítica expõe sua essência a contemporaneidade, de forma peculiar para contribuir no entendimento dos jogos de poder intercalados ao espaço/tempo. Assim, as complexas interlocuções que envolvem os Estados Nacionais e as sociedades impactadas pelo poder/capital exigem uma análise crítica e coerente que coloque em tela as discussões que a massa social mormente deixa passar desapercebida. Destaca-se como resultado desse exercício a divergência metodológica, a definição do objeto e na ressignificação dos conceitos da Geografia Crítica em face à Geografia Tradicional. Enfim, trata-se de um exercício que permitirá, sobretudo, aos que por diferentes motivos se aproximam da Geografia, imiscuir-se ao debate.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia Tradicional; Geografia Crítica; Teoria; Sociedade; Espaço;

FROM TRADITIONAL GEOGRAPHY THEORY UNTIL GEOGRAPHY'S CRITICAL THINKING

ABSTRACT: In this article we're looking to sense the issues and theoretical positions that contributed to the critical Geographic's thought construction, which methodologically and politically opposed to traditional Geography's foundations. For this we used different authors linked to Geography's critical thinking current who substantiate the theoretical position and help us define the object of Geography studies and the geographical space,

¹ Doutor em Geografia. Professor do Curso de Graduação em Geografia da FAENG/UFMS e do Curso de Pós-graduação em Geografia CPTL/UFMS. E-mail: marcelino.goncalves@ufms.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8667-7343>

² Doutorando em História pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. E-mail: nei-arasan@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8695-0258>

social and historically produced. "We climbed on the giants shoulders to see far away". We understand in this process, the methodological appropriation of historical-dialectical materialism, by geographers, is the highlight of Geography rebranding. This allowed Geography to observe and analyze the production of space, and a contradiction about socio-historical spatial process, include the power of socioeconomic and territorial space relations. Consequently, the critical Geographic's thought exposes the essence of contemporary times of space/time power games. In this way, the complex dialogues that involve National States and societies impacted by power/capital require a critical and coherent analysis that puts into focus the discussions that the social mass mostly don't know. The methodological divergence, the definition of the object and the resignification of the concepts about critical Geographic's thought in the face of traditional Geography stand out as a result of this academic exercise. Finally, this paper approach Geography's theory, to anyone to join the debate.

KEYWORDS: Traditional geography; geography's critical thinking; theory; society; space.

DE LA GEOGRAFÍA TRADICIONAL AL PENSAMIENTO GEOGRÁFICO CRÍTICO

RESUMEN: En este artículo buscamos abordar las cuestiones y posiciones teóricas que contribuyeron a la construcción y estructuración del pensamiento geográfico crítico, que se oponen metodológicamente y políticamente a los fundamentos de la Geografía tradicional. Para ello, utilizamos diferentes autores vinculados a la corriente de la Geografía crítica que sustentan la postura teórica y nos ayudan a definir el objeto de los estudios de Geografía; el espacio producido geográfica, social e históricamente. Nos subíamos, como decían, a hombros de gigantes para intentar ver a lo lejos. Entendemos que, en este proceso de renovación de la Geografía, podemos resaltar la apropiación metodológica del materialismo histórico-dialéctico, por parte de los geógrafos, como instrumento metodológico fundamental de su renovación. Esto permitió a la ciencia geográfica observar y analizar la producción del espacio, como un proceso sociohistórico espacial, con sus contradicciones y antagonismos. Desde el momento en que se busca comprender las relaciones de poder en el espacio socioeconómico y territorial, la Geografía Crítica expone su esencia a la contemporaneidad, de una manera peculiar para contribuir a la comprensión de los juegos de poder intercalados con el espacio/tiempo. Así, las complejas interlocuciones que involucran a los Estados Nacionales y a las sociedades impactadas por el poder/capital requieren de un análisis crítico y coherente que ponga en pantalla las discusiones que la masa social en su mayoría deja pasar desapercibidas. Como resultado de este ejercicio se destaca la divergencia metodológica, la definición del objeto y la redefinición de los conceptos de la Geografía Crítica frente a la Geografía Tradicional. Finalmente, es un ejercicio que permitirá, sobre todo, a quienes por distintos motivos son cercanos a la Geografía, inmiscuirse en el debate.

PALABRAS CLAVE: Geografía tradicional, Geografía crítica, Sociedad, Espacio.

INTRODUÇÃO

Na década de 1970, a Geografia aproximou-se, a partir de elementos teóricos filosóficos, do marxismo e do materialismo histórico, construindo, a partir desses referenciais teóricos metodológicos, a base do movimento que fez surgir a Geografia Crítica, procedendo a uma revisão nas bases internas do pensamento geográfico, propondo a concepção do espaço como um produto social. (Lencioni, 1999).

Ao influenciar um movimento de renovação na Geografia, alimentou-se também o debate a respeito do conceito de região, que passou a ser rediscutido pelos adeptos do materialismo histórico, de forma que os estudos regionais passaram a ter, como elementos de suas análises, as relações sociais e econômicas conflituosas estabelecidas pela sociedade capitalista, estruturada para se produzir e se reproduzir com base no modo capitalista da produção.

Esta corrente de pensamento tem suas origens teóricas no final do século XIX, uma vez que as bases para sua organização foram centradas no materialismo histórico e na dialética marxista, de maneira que os seus adeptos deveriam se preocupar metodologicamente com as condições materiais de existência e suas determinações nas condições sócio-históricas, no caso da Geografia, espaciais e territoriais.

Para Moreira (2009, p. 45) a busca de uma nova teoria geral de Geografia, contrapondo-se a *new geography*, é que vai mover o pensamento da crítica da Geografia nos anos 1950 – 1960, para ele:

[...] é a necessidade de encontrar uma nova forma de teoria geral de Geografia que permita ver a realidade saída do contexto de duas guerras e que modifica a passos acelerados aquela deixada para trás. Só nos anos 1970 é, ao mesmo tempo, uma continuidade, uma solução e uma ruptura.

Esse caminho da renovação é marcado por diferentes ideias e autores, ao destacar as principais referências naquele período de renovação na Geografia,

Moreira (2009) observa a importância da obra de Harvey (1980), *Justiça social e a Cidade*, que aprofunda a discussão sobre a questão da forma espacial e seus processos sociais.

Na obra referida o autor indica o entrelaçamento e as determinações dialéticas entre a forma de organização para produção, os processos sociais, históricos e as formas espaciais, utilizando na análise elementos conceituais da economia política: trabalho; capital; valor; mercadoria etc.; que marcam os parâmetros teóricos para os estudos sobre a questão da produção do espaço na Geografia. Ressignificando conceitos e abordando o objeto da Geografia, o espaço geográfico, em suas múltiplas determinações, como resultado do processo sócio-histórico.

Assim, nosso texto aborda, inicialmente, a produção do espaço geográfico sob lógica do capital, como objeto de interesse da Geografia Crítica, para, na sequência, apresentar questões sobre as relações de produção, entendendo a economia e sua organização, como aspecto fundamental entre os determinantes do contexto sócio-histórico e espacial das sociedades.

100

A GEOGRAFIA E OS ESPAÇOS SOCIOECONÔMICOS MOVIDOS PELO CAPITAL

A preocupação da Geografia Crítica tem como ponto de partida as relações de produção e reprodução da sociedade e do espaço geográfico, considerando nesse processo as relações das classes sociais, suas formas de inserção no processo produtivo capitalista, considerando que essas relações se expressam e são, ao mesmo tempo, elementos determinantes no movimento de produção do espaço geográfico.

Nessa perspectiva, o avanço da ciência geográfica se dá no interesse de entender, para além dos fenômenos naturais, da natureza conquistada pela ciência, o conflito entre classes, as lutas entre dominantes e dominados, os

processos de exploração do trabalho e a apropriação da natureza como recurso natural, como matéria prima para indústria.

Em uma dinâmica social que visa sempre à reprodução ampliada do capital e das condições em que ocorrem as relações capitalistas de produção. Lencioni (1999, p.161) assim afirma:

Como propagadora de um pensamento crítico a Geografia Radical procedeu a uma revisão interna do pensamento geográfico. Concebendo o espaço como um produto social, chamou a atenção para o fato de que a Geografia havia procurado observar mais os padrões espaciais e menos a pertinência de tais padrões. Questionou o fato da Geografia se preocupar em perguntar como os processos se dão, afirmando que, além dos esforços em desvendar o 'como' e o 'por que' dos processos, deveria, também, investigar os interesses sociais envolvidos nos processos relacionados à produção do espaço.

É importante ressaltar que a Geografia Crítica se interessa em compreender a relação da sociedade com o seu ambiente natural ou produzido pelo trabalho sob o capital. Isto tendo como elemento importante de análise as formas de organização do capital e seu processo de reprodução a partir da exploração do trabalho.

Neste contexto, passa-se a privilegiar os temas sociais e econômicos, sobretudo aqueles relacionados às maneiras de organização do processo de trabalho, levando a Geografia a aproximar-se do que Moreira (2006) vai caracterizar como sendo uma dimensão ontológica e epistemológica de corte marxista, observando a hominização do homem mediante as formas de organização do processo de trabalho. Moreira (2006, p. 41) afirma:

Ou seja, processo mediante o qual a história natural do homem é por ele mesmo transformada em história social, o homem tornando-se natural e social ao mesmo tempo, e, assim sujeito e objeto de sua própria existência. A dimensão epistemológica relaciona-se ao tema da construção da sociedade por meio da construção do espaço. O espaço não é o *a priori* de Kant ou o receptáculo da história de Descartes – Newton, mas coincide com

a própria construção da vida humana na história, de vez que é construindo a sociedade que o homem constrói seu espaço e assim dialeticamente.

Assim, a ciência geográfica passa, na opinião de Ribeiro e Gonçalves (2001), a ser um ramo científico que entende como importante a sua responsabilidade na produção do conhecimento a respeito do espaço social e historicamente produzido. Um saber voltado a transformação da sociedade, que deve ser utilizado para lutar contra as desigualdades geradas no processo de produção/reprodução do modo capitalista de produção.

Ao contrário disso, estaria a ciência, trabalhando de forma oposta, inclusive se compactuasse com uma ideia de neutralidade científica, sempre combatida pelos signatários da corrente crítica da Geografia. Ao assumir essa posição, a Geografia reavaliava sua vinculação histórica de um saber a serviço das estruturas de poder hegemônicas, que havia colaborado para construção de uma concepção de mundo que camuflasse a compreensão exata do papel da política e das classes sociais na produção do espaço geográfico. Para Santos (1996, p. 14):

102

Nascida tardeamente como ciência oficial, a Geografia teve dificuldades para se desligar, desde o berço, dos grandes interesses. Estes acabaram carregando-a consigo. Uma das grandes metas conceituais da Geografia foi justamente, de um lado, esconder o papel do Estado bem como das classes, na organização da sociedade e do espaço. A justificativa da obra colonial foi outro aspecto de mesmo programa.

Ancorada em outro método, a Geografia Crítica, de acordo com a visão de Moraes (1987), assume uma postura radical frente à realidade, mediante a ordem constituída e, nesse contexto, é essencial que os autores se permitam entender os processos sociais e históricos que levam a transformação da realidade social.

Desta forma, fazem-se necessários os processos e seus conteúdos políticos na produção do conhecimento científico, de maneira que a Geografia seja animadamente militante, atentando para a construção de uma sociedade mais

justa, procurando pesquisar e discutir temas de relevância social e problemas que atingem a sociedade formada por classes desiguais, sem obviamente abandonar a precisão metodológica.

O geógrafo, para Moraes (1987), deve estar preparado para fazer uma avaliação profunda das razões dos problemas sociais, deve estar além do empirismo exacerbado que, por muitas vezes, não permite uma análise mais profunda da realidade.

E do ponto de vista da Geografia Crítica é preocupante a possibilidade de naturalização dos eventos, processos e fatos sociais, que ao serem removidos do seu contexto social e histórico, podem ser entendidas como relações entre objetos e não entre homens historicamente determinados. No entendimento de Santos (1986, p. 87):

A grande miséria do empiricismo é que ele encobre as relações entre os homens, substituindo por relações entre objetos, inclusive os objetos geográficos. Mas as coisas por elas mesmas não possuem relações. Toda iniciativa que não leva em conta este fato substitui uma significação verdadeira por outra desprovida de verdade. Isto é também uma forma de abstração, mas sem base no real: uma abstração falseada na origem porque não se fundamenta na essência das coisas, mas em sua aparência. A abstração empírica em Geografia pode adquirir uma forma aberta, brutal e uma forma latente, sofisticada.

Entende-se, então, que a Geografia Crítica deve trabalhar noutra direção, distanciando-se do empiricismo exacerbado. Isto pois, na percepção de Santos (1986), enquanto a ciência geográfica clássica estudava o espaço dado, a natureza com base nas leis da física, os fenômenos naturais, abstraindo as relações sociais, produzindo uma concepção de espaço desumanizado.

A Geografia Crítica vê como necessário entender a relação sociedade-natureza em um contexto sócio-histórico de apropriação da natureza pela sociedade, organizada sob um modo de produção específico e um arranjo espacial que espelha a sua estrutura social real. Para Moreira (2006, p. 98):

O que caracteriza o arranjo do espaço geográfico em qualquer sociedade é que esse arranjo espelha a ordem interna que preside a sua organização, isto é, a estrutura real da sociedade. É precisamente o plano aparente desta estrutura – que designamos paisagem – o que vemos na ordem geométrica do arranjo. E é por isso que nenhuma ordem geométrica é neutra. Não por acaso é uma ordem.

E, como vemos, a Geografia Crítica surge preocupada com a realidade social uma vez que a ciência deve reconhecer seu real papel no processo de transformação social. No entendimento de Moraes (1987, p. 112-113): “Os autores da Geografia Crítica vão fazer uma avaliação profunda das razões da crise, são os que acham fundamental evidenciá-la”. Vão além de um questionamento puramente acadêmico do pensamento tradicional, buscando as suas raízes sociais.

Ainda de acordo com Moraes (1987), a Geografia tradicional esteve ligada aos interesses de expansão dos Estados hegemônicos e serviu como instrumento de realização de ações voltadas para a exploração dos recursos naturais e domínio, controle de povos e de territórios, enfatizando em suas análises as relações homem-natureza, enquanto, por outro lado, obscurecia as relações de poder conflituosas existentes entre os homens.

É importante destacar que a formação dos Estados nacionais europeus e a projeção de poder destes mesmos Estados sobre outros continentes e povos, em particular o africano, são processos históricos que encontrarão sustentação teórica nos saberes geográficos do século XIX, com destaque para escola do pensamento geográfico alemã. Analisando o pensamento de F. Ratzel, a esse respeito, Messias da Costa (2013, p. 41), afirma que:

Toda ampliação do “horizonte geográfico”, diz ele, depende dos geógrafos e dos políticos, que participam não apenas da fase das descobertas, mas principalmente da consolidação dos Estados, concorrendo aí os diplomatas (com as negociações) e os geógrafos (especialmente com a cartografia, os inventários e os dados rigorosos etc.) Após citar exemplos de tratados mal elaborados por

ignorar-se ali a importância da contribuição dos geógrafos, ele conclui que cada vez mais os “homens de Estado” têm incorporado o conhecimento em Geografia às suas políticas e estratégias.

Nesta perspectiva, o povo, os sujeitos, “a população”, por exemplo, aparece no território como um todo homogêneo, não havendo espaço para apresentação das diferenças sociais, como se todos vivessem a mesma situação independentemente da classe social a que pertencessem.

E em uma concepção crítica do fenômeno geográfico populacional, Moreira (2006) afirma que não se pode desconhecer que as diferenças de sexo, faixa etária ou raça, são especificidades no interior da sociedade, são características que ganham sentido social e histórico em diferentes contextos sociais, formando uma heterogeneidade concreta, definindo o que são e como são os homens: burgueses, latifundiários, camponeses ou operários (MOREIRA 2006).

Neste sentido, é preciso compreender a relação dialética entre formas espaciais e processos sociais Moreira (2009, p. 46) afirma:

Se vistas sob a perspectiva da unidade de relação dialética que as entrelaça, formas espaciais e processos sociais não são dimensões distintas do real ou que se apresentam no plano da sociedade como realidades dissociadas. As formas sociais não são objetos inanimados, mas entes que em si contêm, expressam, portam e realizam processos sociais, de modo que as formas espaciais são processos espaciais assim como os processos sociais são formas espaciais, uma vez que estamos falando de práticas humanas.

Assim, a Geografia Crítica deve atuar para desmistificar as máscaras sociais (Moraes, 1987) e por isso não aceitar as proposições feitas pelo Estado e por empresas que trazem em suas atuações verdadeiras estratégias dominantes. Lacoste (1988) mostra veementemente essa percepção quando trata da Geografia dos Estados e a Geografia dos Professores.

E para o autor, a Geografia das escolas tenta esconder ou camuflar a realidade, criando muitas vezes uma situação que apresenta o conhecimento

geográfico como sem utilidade, serve apenas para a disseminação da aceitabilidade do espaço geográfico como desinteressante, um espaço dado, naturalizado e sem movimento, um espaço em que não há disputas, que não seria instrumento de poder ou de emancipação.

Os Estados Maiores, por outro lado, observariam as questões ligadas à sociedade e ao processo de apropriação, domínio e controle do seu território, de grande importância estratégica na Geografia Política dos Estados.

O poder político que se expressa no controle dos territórios é elemento fundamental para a instauração e a manutenção do poder; organizar-se politicamente é também organizar-se territorialmente. Nesse aspecto, o conhecimento geográfico torna-se fundamental para estabelecer e executar o processo de dominação, o controle das relações de poder, sendo fundamental para existência dos Estados.

Na visão de Lacoste (1988), na Geografia dos professores imperaria uma Geografia despolitizada, formando concepções de mundo e pensamentos que escondem seu significado político:

106

A transformação de um saber, que foi explicitamente político, num discurso que nega seu significado político, que aceita renunciar à eficiência e que se amputou das ciências sociais, pode parecer uma operação impossível de se realizar, ao menos sem polêmicas muito violentas. Elas não se manifestam nunca (Lacoste, 1988, p. 50).

Nesse sentido, Lacoste (1988) percebe a Geografia Tradicional como instrumento de uma ideologia conservadora e hegemônica; portanto, a Geografia Crítica deve orientar-se pelos interesses sociais, apresentando as contradições e os antagonismos resultantes dos processos de dominação, combatendo assim a tradição teórica que minimiza ou mesmo mascara estas contradições.

E para Lacoste (1988), a exemplo, capturado pela lógica capitalista e por sua classe hegemônica, o Estado atua junto com e as empresas/capital e organiza o

processo de dominação política e territorial, enquanto as demais classes sociais têm percepções fracionadas, divididas sobre a ação política.

O Estado e os agentes empresariais atuam conjunta e diretamente, canalizando suas forças e direcionando suas ações sobre os lugares que lhes interessam, de maneira a articular a ação política e a base territorial existente, de forma a atingir seus objetivos políticos, econômicos e territoriais.

E nessa perspectiva podemos entender que o território não é só um dado, nem somente um resultado da ação política. É ao mesmo tempo expressão e instrumento de poder político, de maneira que a classe dominante, utilizando o Estado, garante, inclusive a partir da constituição de um sistema legal, o controle dessa base social e territorial sob a lógica capitalista. Para Harvey (2005, p. 81).

O Estado capitalista deve, necessariamente, amparar e aplicar um sistema legal que abrange conceitos de propriedade, individuo, igualdade, liberdade e direito, correspondente às relações sociais de troca sob o capitalismo.

E para Lacoste (1988), a Geografia deve contribuir para construir um pensamento mais crítico sobre a espacialidade que a sociedade assume historicamente, no intuito de que os agentes sociais, sobretudo, os trabalhadores que são explorados na reprodução do modo capitalista de produção, possam nele se organizar e saber nele atuar. Para Lacoste (1988, p. 91).

Tudo se passa como se as reflexões que deveriam levar à produção desse conceito de espaço tivessem sido bloqueadas, por força da gravidade do mecanismo político e ideológico, por uma recusa coletiva e inconsciente de refletir sobre isso.

Assim, a Geografia Crítica deve assumir uma postura combativa e com objetivos interessados na transformação social. O Estado, atuando como instrumento da classe dominante, defendendo seus próprios interesses, materializa seu poder de forma a organizar espacialmente a sociedade.

A Geografia Crítica, entretanto, deve, através de suas análises críticas apresentar-se como força antagônica, abrindo e fortalecendo teoricamente a discussão política importando-se e apresentando-se cada vez mais como elemento de emancipação social e humano (Moraes, 1989).

A Geografia Crítica pode/deve fundamentalmente utilizar como instrumento metodológico o materialismo histórico dialético, tendo por princípio entender as contradições, contestar o pensamento dominante, e promover a transformação da sociedade, sobretudo, compreendendo criticamente o papel do Estado capitalista no conflito entre as classes e sua relação com a classe dominante. Para Poulantzas (1985, p. 157):

Mesmo no caso de uma mudança da relação de forças e da modificação do poder de Estado em favor das classes populares, o Estado tende, a curto prazo, a restabelecer sob nova forma, algumas vezes, a relação de forças em favor da burguesia. [...] As classes populares sempre estiveram presentes no Estado, sem que isso tenha modificado jamais alguma coisa no núcleo essencial desse Estado. A ação das massas populares no seio do Estado é a condição necessária para sua transformação, mas não seria o suficiente.

Para Correa (1986), essa preocupação metodológica e histórica, tem maior projeção na década de 1970, quando se percebe que a década de 1960 foi contagiada pelos anseios do mercado e também pelo avanço do capitalismo industrial para diferentes países do mundo e as tensões sociais e geopolíticas geradas pela Guerra Fria.

O que estava em jogo eram os novos territórios possíveis de exploração de matéria prima e de mão de obra barata, redesenhando a favor do capitalismo industrial/financeiro a divisão internacional do trabalho, aprofundando no mundo as tensões e as desigualdades sociais causadas pelas formas de exploração de trabalho, portanto, tornou-se necessário que o pensamento geográfico se preocupasse não somente com questões atinentes aos Estados, mas também

como a sociedade organizada pelo modo capitalista de produção se espacializa.

Para Moraes (1986, p. 21):

Entre os avanços realizados pela Geografia crítica estão aqueles associados à questão da organização espacial, herdada basicamente da Nova Geografia. Trata-se, no caso, de ir além da descrição de padrões espaciais, procurando-se ver as relações dialéticas entre formas espaciais e os processos históricos que modelam os grupos sociais.

A perspectiva marxista na Geografia, buscou evidenciar aspectos da realidade, entre eles a recuperação do ponto de vista histórico na análise geográfica por meio do entendimento da relação homem e natureza, entendendo que se trata de uma relação social/histórica determinada, "considerando a relação dialética de transformação sociedade-natureza, considerando a ação humana e os fenômenos sociais como historicamente determinados" (Lencioni, 1999, p. 195). Moraes e Costa (1987, p. 51-52) observam que:

A primazia na construção do novo saber Geográfico (Geografia Nova) deve estar claramente referendada no real, naquele sentido de que — as teorias devem fluir da realidade para os livros, ou ainda, na feliz expressão de Milton Santos: o novo não se inventa, descobre-se. [...] Além da dialética e da postura materialista, o marxismo trabalha com a análise histórica, isto é, para ele qualquer fenômeno só pode ser explicado quando é apreendido em gênese e em seu desenvolvimento.

Na concepção de Moraes e Costa (1987), observando Milton Santos, "o materialismo histórico estuda — processos sociais historicamente, demonstrando que a ação dos homens é um processo social: — É necessário conhecer os traços essenciais do movimento da totalidade social para apreender um dos seus aspectos particulares" (p. 60).

E de acordo com Moraes e Costa (1987), é possível, a partir desse método, analisar como objeto, por exemplo, a região, de um ponto de vista que considere o processo social e histórico de sua apropriação econômica, em uma divisão

regional do trabalho sob o capital, que se apropria e explora as potencialidades naturais como recurso.

A própria condição de produção dos meios de vida aparece como um elemento que se manifesta regionalmente, mas que deve ser articulada com as condições gerais de existência. Para Moraes e Costa (1987, p. 61):

[...] Marx vai privilegiar a ação concreta dos indivíduos reais, as condições materiais de vida e as condições gerais de sua existência. Segundo ele, a evidência, tanto da ação dos indivíduos, quanto das condições em que se dá esta ação, não carece do recurso de ideias preconcebidas ou de dogmas, podendo ser captada pela puramente empírica. A existência de indivíduos reais e o modo como eles produzem os seus meios de vida são o pressuposto de toda história humana.

É interessante ressaltarmos que, na concepção que se apresenta a sociedade, ganha ênfase e é ponto central das análises de maneira que o materialismo histórico dialético passa a ser a corrente teórica que instrumentaliza o conhecimento de cunho geográfico. O que está em análise por meio desta perspectiva é o contexto da reprodução da existência dos indivíduos organizados em um modo de produção, no caso o capitalista. Ainda conforme Moraes e Costa (1987, p. 62):

110

Toda produção, portanto, envolve determinadas relações sociais, entre indivíduos (o proprietário de terras e o servo, ou o patrão industrial e o operário) e entre grupos mais ou menos numerosos deles, chegando até ao nível das relações entre nações. É por isso que o modo de produção está intimamente relacionado às relações sociais de produção.

E conforme Moraes e Costa (1987), percebe-se que a Geografia Crítica passa a inteirar-se das relações que as classes dominantes exercem sobre as classes dominadas, dominação desenvolvida de diversas formas: materiais, jurídicas, religiosa, estatais etc., e que possam assim — penetrar, dissolver ou incorporar

antigas relações sociais, sobre as quais constrói as suas próprias (Moraes; Costa, p. 64).

A SOCIEDADE E A COMPREENSÃO DAS DETERMINAÇÕES NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

Pode-se então entender que as relações de uma sociedade são permeadas e fundadas nas relações de produção, observando-se assim que as questões econômicas têm muita relevância para determinação e entendimento dos acontecimentos históricos e sociais, pois no contexto das relações sociais o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social.

Entendemos que no contexto da sociedade capitalista industrial/financeira, todos os meios de controle das relações de produção são primordiais para exercício da dominação social, e a Geografia Crítica, a nosso ver, muito contribui para o entendimento dessas relações, uma vez que, enquanto a classe dominante está organizada e orienta o poder político econômico e territorial, no sentido de manter-se hegemônica.

Já as classes dominadas e subalternizadas costumam se fracionar, heterogeneizar-se, tendo como base muitas vezes a sua forma de inserção no mundo do trabalho, não se vendo como classe trabalhadora, mas como categorias diferentes. A divisão social e territorial do trabalho contribui para essa fragmentação política.

No modo capitalista de produção, essa fragmentação da classe trabalhadora se reflete também na organização política do Estado, não obstante a propagação da ideia de que se trata de um Estado que realiza a mediação dos conflitos entre os interesses das diferentes classes, as leis, as políticas estatais que organizam a sociedade são amplamente favoráveis às classes dominantes e contribuem para a manutenção e defesa dos privilégios desta mesma classe.

Para Baratelli (2022, p.26), com base em Poulantzas (1985), destaca a importância de compreender o Estado como instrumento ideológico no conflito entre as classes antagônicas:

Neste sentido, ressalta-se a importância de compreender o Estado enquanto movimento, produto das relações sociais e da conjuntura histórica sob o qual está inserido (Poulantzas, 1985). No entanto, não se pode deixar de levar em consideração o fato de que o Estado tende a ser controlado pelas classes dominantes, que o utilizam como instrumento ideológico para pautar seus interesses individuais, tornando-o peça importante na engrenagem de funcionamento do sistema capitalista.

A perspectiva da Geografia crítica, portanto, aponta que não há, desta forma, como realizar uma análise dos conflitos sociais a partir de uma espacialidade neutra, sem significado social. Para Moreira (2009, p. 75):

Esse caráter de saber neutro e descolado do sentido e significado social e político do espaço e do movimento real da realidade circundante foi reforçado pela adoção da análise regional como sua forma de abordagem da vida real dos homens por excelência, acentuando sua despolitização.

112

Neste sentido, entende-se que a Geografia Crítica faz parte de uma corrente teórica que tenta a renovação, conferindo ao espaço o sentido social e político no processo histórico, objetivando com esse saber melhorar as condições de vida e de reprodução das classes dominadas.

A Geografia Crítica vai assumir seu papel de instrumentalizadora, de construtora de um conhecimento socioespacial emancipatório, com potencial transformador, assumindo compromisso e engajamento com a sociedade, considerando as condições necessárias para sua reprodução, não só econômica/biológica, mas como ser social, por inteiro, em que o homem está inserido como produto e agente histórico social, por meio das ações de trabalho, sendo sujeito no/do espaço. Segundo Moraes (1987, p. 123):

Milton Santos argumenta que é necessário discutir com o espaço social e ver a produção do espaço como o objeto. Este espaço social ou humano é histórico, obra do trabalho, morada do homem. É assim uma realidade e uma categoria de compreensão da realidade. Toda sua proposta será uma tentativa de apreendê-lo, de como estudá-lo. Diz-se que deve ver o espaço como um campo de força, cuja energia é a dinâmica social.

Para Moraes (1987) o espaço vivido é também produto da ação humana, e a explicação está na produção dentro do espaço, em razão do espaço ser um resultado da realização e acumulação do trabalho, um espaço produzido, onde se incorpora o capital e a sociedade se relaciona em um contexto de disputas políticas de dominação.

E neste contexto, destacamos que a produção do espaço geográfico está orientada pelas determinações das relações capitalistas de produção, no contexto atual. Seria então a lógica do capital o fator determinante para o movimento de produção e ordenamento do espaço geográfico.

E em outra escala, a região seria o *lócus* de conscientização das sociedades, em que imperam as experiências sociais em que os homens se organizam entre a realização do propósito do capital e realização das suas condições diversificadas de sobrevivência. Aqueles que pertencem à classe dominante objetivamente estarão norteando os processos de reprodução social, enquanto as classes subalternas resistem, sobrevivem.

Para Gomes (2008, p. 67), “novamente, a região passa a ser vista como um produto real, construído dentro de um quadro de solidariedade territorial. Refutasse, assim, a regionalização e a análise regional, como a classificação a partir de critérios externos à vida regional”.

E para a Geografia, discutir o comportamento do homem na região significa compensar a realidade do natural e o urbano envolvendo as ações humanas. Assim, para compreender uma região é preciso viver a região, ou seja, é preciso

entender as diferentes formas de inserção dos grupos sociais diversos na realidade regional, para entendê-la (Gomes, 2008).

É válido, como lembra Moraes (1987) retomar a discussão de questões como a relação entre a sociedade e o solo (Ratzel), o Estado e o território e os recursos e a atividade econômica. Esses debates nos permitem entender o processo de apropriação do espaço regional, contudo, é preciso indagar a influência e os estímulos que o meio natural pode proporcionar, não apenas para caracterizar a população do ponto de vista físico e biológico, mas também na maneira como se organizam econômica e socialmente da região.

Assim, o conceito de região, nesta perspectiva, considera como as ações humanas em um determinado contexto social e histórico, constroem, produzem e reproduzem o espaço geográfico regional.

Desta forma, a realidade precisa ser percebida, compreendida e dela deve-se partir para o entendimento, para a construção do conceito, estando o pesquisador atento aos elementos sociais, econômicos e históricos que caracterizaram o regional, sobretudo, quais são e como se dão os interesses das classes sociais que habitam determinada região.

E torna-se necessário entender que a região é fruto dos acontecimentos e processos sociais que se dão no espaço geográfico, de como determinados grupos se apropriam do território e dirigem os processos sociais que dão características a uma determinada região, seja conduzindo as formas de produção, ocupação e uso do solo, apropriação dos recursos naturais e de exploração do trabalho.

Assim, devemos considerar os interesses dos grupos sociais instalados em determinados lugares, baseados e voltados para a obtenção do poder, o poder de submeter os demais e de lucrar a partir da exploração das potencialidades econômicas, sociais e naturais presentes no espaço geográfico. Essa perspectiva, do espaço como produto social que carrega em si interesses, é disseminado pela Geografia Crítica. Segundo Lencioni (1999, p. 161):

Como propagadora de um pensamento crítico, a Geografia Radical procedeu a uma revisão interna do pensamento geográfico. Concebendo o espaço como um produto social, chamou a atenção para o fato de que a Geografia havia procurado observar mais os padrões espaciais e menos, a pertinência de tais padrões. Questionou o fato da Geografia se preocupar em perguntar como os processos se dão, afirmando que, além dos esforços em desvendar o 'como' e o 'porque' dos processos, deveria também, investigar os interesses sociais envolvidos nos processos relacionados ao processo de produção.

Desta forma, a maneira como a sociedade está organizada em diferentes setores regionalmente, permite entender como as relações sociais se estruturam. Assim demonstrando como se reproduzem os diversos grupos sociais em uma determinada região, com suas especificidades e também com suas características comuns a outras regiões. Isto, considerando a supremacia da forma de organização da produção sob o capitalismo.

Neste contexto, o produto e os produtores estão juntos vinculados a um processo social de reprodução, marcado pelo conflito e pela desigualdade de poderes entre os grupos e a apropriação da natureza, enquanto recurso natural. Assim, a organização espacial regional reflete o contexto social diverso e contraditório da própria sociedade. Para Correa (1986, p. 72):

A organização espacial não é somente um reflexo da sociedade. Como vimos, ao ser um reflexo, passa a ser simultaneamente uma condição para o futuro da sociedade, isto é, a reprodução social. Este papel assume enorme importância devido à crescente acumulação de formas espaciais que o capitalismo contemporâneo cria, exemplificada com a progressiva urbanização da humanidade.

O que acontece nestes termos é que o espaço geográfico, segundo Correa (1986), se torna o território, espaço parcelado, dominado e controlado, em que se maximizam os processos de reprodução do capital, marcado na paisagem por objetos naturais e construídos, seja pelas indústrias concentradas em

determinado espaço, pela forma de organização do espaço rural e pela produção agrícola.

É importante ressaltar, de acordo com Becher (1998), a primazia do econômico em suas diferentes escalas, no processo de regionalização, nos processos econômicos mundializados, que levam o debate sobre como ocorre o conflito e a resistência a força do capitalismo globalizado. Nesse contexto, o saber geográfico nos ajuda a entender a escala regional, como uma escala de resistência ao processo destrutivo do capital globalizado. Para Becker (2008, p. 73):

Sem dúvida, por um lado, existe um movimento geral de transnacionalização, que se caracteriza pelo primado do econômico, considerando as demais dimensões da vida humana como meio [...] Por outro lado, reaparece todo um processo de regionalização sociocultural que se caracteriza: primeiro, pela defesa dos recursos naturais ambientais (naturais) e culturais; e segundo, pela busca de alternativa para sobreviver ao processo de globalização.

Percebe-se a partir de Becker (1998), que regionalização marcada pelas suas nuances socioculturais, se faz lugar da resistência ao ímpeto do movimento e da lógica econômica totalizante e que busca homogeneizar todas as relações a partir de um único sentido, o do mercado. Deste modo, observamos que o processo de produção do espaço regional específico, a regionalização, será influenciada obviamente pelos movimentos de reprodução capitalista, explorando inclusive suas potencialidades naturais no quadro regional³. Para Santos (1996, p. 23):

Nas condições atuais da economia mundial, a *região* não é mais uma realidade vivida dotada de uma coerência interna, ela é, principalmente, definida no exterior, como observou B. Kayser, e

³ O Centro-Oeste brasileiro tem expressado territorialmente essa lógica. Especificamente em Mato Grosso do Sul, temos visto a regionalização da produção agrícola-industrial. No leste do estado a indústria de papel/celulose e o plantio de eucalipto, abastecendo o mercado global. No sul do estado a indústria sucroalcoleira e o plantio de cana-de açúcar, na região oeste a produção de soja e de gado de corte e os frigoríficos, ambos os setores abastecendo o mercado nacional e internacional.

seus limites mudam em função de interesses diversos. Nestas condições a região deixou de existir em si mesma.

Assim, para entendermos a espacialização dos processos sociais, econômicos e históricos na atualidade, consideramos que a Geografia Crítica, nos empresta ferramentas importantes para a análise, essa corrente teórica importar-se fundamentalmente com a sociedade e seu processo social e histórico de produção/reprodução e sua relação dialética com a espacialidade geográfica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento de construção do conhecimento tende a levar a transformações que não se resumem a construção de novos conceitos, mas levam a produção de novas concepções de mundo e dos processos que o produzem, a Geografia como ciência, obviamente não está fora deste contexto.

Os avanços na ciência geográfica a partir da utilização do método baseado no materialismo histórico-dialético, levaram a um redesenho de suas bases teóricas e a formação de uma nova gama de intelectuais geógrafos. Fica claro quando analisamos os diferentes momentos de estruturação, organização do pensamento geográfico, até o momento do fortalecimento da Geografia Crítica na década de 1970.

A abordagem da Geografia Crítica se somara a de outras ciências que buscam compreender a sociedade considerando as contradições existentes dentro do seu movimento de produção/ reprodução, atentando-se para as mudanças nas formas de organização da produção e nos movimento gerados pelas lutas das classes, tendo o modo capitalista de produção como motor desse contexto social, histórico e produtivo, sem medo de assumir na análise da realidade, o posicionamento contundente, questionador dos processos sociais, econômicos e espaciais que geram uma sociedade desigual.

O espaço geográfico produzido e que reflete todas as contradições, que materializa as influências e as discrepâncias desta mesma sociedade que o produz, que serve de instrumento de poder, à medida que especializa também as relações de dominação de uma classe sobre outra, passa ser o foco da análise daqueles que procuram orientar-se por essa abordagem.

E essa concepção nos permite perceber a ciência como um instrumento que constrói conhecimento fundamental para a ação política. Esse posicionamento metodológico permite ao Geógrafo assumir a sua posição de contestação, realizar pesquisas e estudos sobre as desigualdades urbanas, econômicas, agrárias etc., que embasados teoricamente, demonstrarão a potencialidade e a força da aplicação da ciência e do conhecimento geográfico.

O reflexo disso se dará nas novas abordagens a respeito de temas tratados na Geografia, nos estudos sobre a região a exemplo, que passa a ser compreendida como resultado das múltiplas determinações geradas pelo capitalismo mundializado como modo hegemônico de produção, como apontou Santos (1996), nessa relação hegemonizada pelo capital, dialeticamente deixando de existir em si mesma.

A crise vivida na reorientação teórico-metodológica da Geografia, mais que um momento de inflexão, resultou na verdade em um momento de renovação profícuo, reacendendo o debate, reorientando os processos de construção da ciência geográfica e por consequência da formação dos geógrafos, certamente um processo de amadurecimento científico que levou ao acirramento dos debates, com repercussões políticas dentro e fora da própria Geografia. Todo o processo fez com que produzíssemos o atual quadro de avanço na ciência geográfica, o que nos leva a reconhecer a assertiva de Porto-Gonçalves (1978), em seu artigo agora histórico: Se a Geografia está em crise, viva a Geografia!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATELLI, Amanda Emiliana Santos. **Terra, Estado E Capital: A Centralidade da renda da terra nas relações econômicas e de poder no Município de Três Lagoas/MS.** Dissertação de Mestrado: Três Lagoas-MS, CPTL/UFMS, 2022.

BECKER, Berta K. **A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e Desenvolvimento Sustentável.** Organizado por Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. 11. ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2008.

BECHER, Dinizar Fermiano. Necessidades e Finalidades dos Projetos Regionais de Desenvolvimento Local. **Redes, Santa Cruz do Sul, v.3, nº. 2, p.71-85, dez. 1998.**

BEZZI, M. L. **Região: uma (re)visão historiográfica, da gênese aos novos paradigmas.** Santa Maria, RS: UFSM, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização espacial.** São Paulo: Ática, 1986.

_____, Roberto Lobato. **Uma Nova Regionalização do Brasil - Uma Proposta (Resumo). Contribuições Científicas (Resumo).** 8º Encontro Nacional de Geógrafos, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Salvador, 1990.

GONÇALVES, Mauro Castilho. Cidade, Cultura e Educação: a Igreja Católica de Taubaté no Meio do Século XX, entre a Configuração e a Conformação; entre a Permanência e a Reatualização (1954-1969), **Revista de História Regional, 9(1): 79-104, Verão 2004. 212.**

119

GOMES, Paulo César da Costa. **O conceito de região e sua discussão. Geografia: conceitos e temas /** organizado por Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. 11. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Região, diversidade territorial e globalização.** Geographia, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 1999.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da Geografia.** Tradução original de Thomaz Newlands Neto; supervisão de Fábio M. S. Guimarães e L. M. C. Bernardes. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de Geografia Humana.** 2. ed. Tradução e Prefacio de Fernandes Martins, Lisboa: Cosmos, 1950.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – Isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra.** Campinas: Papirus: 1988.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

MESSIAS da COSTA, Wanderley. **Geografia Política e Geopolítica: discurso sobre o território e o poder.** São Paulo, 2013.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica.** 12. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____, Antônio Carlos R. **A Gênese da Geografia Moderna.** Hucitec/Edusp, São Paulo, 1989.

_____, Antônio Carlos Robert (ORG.) **RATZEL** – Coleção Grandes Cientistas Sociais Nº. 59, São Paulo, Ed. Ática S/A. 1990.

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço.** 3. ed. Hucitec: São Paulo, 1987.

MOREIRA, RUY. **Para onde vai o pensamento geográfico: por uma epistemologia crítica.** São Paulo: Contexto, 2006.

MOREIRA, RUY. **O pensamento Geográfico brasileiro: as matrizes da renovação.** São Paulo: Contexto, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Geografia está em crise, viva a Geografia!** Boletín Paulista de Geografía: AGB, 1978.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

RATZEL, F. **Las razas humanas.** Barcelona: Montaner y Simon, 1906. v 1.

RIBAS, Alexandre Domingues; VITTE, Antônio Carlos. **Kant e Geografia: ampliando o diálogo.** Curitiba: Appris, 2022.

CÉZAR RIBEIRO, J.; GONÇALVES, M. A. Região: uma busca conceitual pelo viés da contextualização histórico-espacial da sociedade. **Terra Livre, [S. l.],** v. 2, n. 17, p. 79-98, 2001.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a Uma Geografia Crítica.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986

_____, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

Submetido em: 08 de novembro de 2023.

Aprovado em: 18 de outubro de 2024.

Publicado em: 12 de fevereiro de 2025.